



Legibilidade visual para informação nutricional em rótulos de alimentos

Visual legibility for nutrition information in food labels

Livio Lima de Oliveira, Maria Otilia Bocchini

legibilidade visual, rótulos de alimentos, informação nutricional, design da informação

O artigo apresenta estudo exploratório de referências à legibilidade da informação nutricional dos rótulos de alimentos em uma amostra de documentos legais e empresariais. Exploram-se legislações brasileira, estadunidense, da União Europeia, da Austrália e Nova Zelândia, e seus desdobramentos em três publicações específicas sobre a rotulagem de alimentos: um guia oficial nos EUA, A Food Labeling Guide, publicado pela Food and Drugs Administration (FDA), uma cartilha Diretrizes de legibilidad en la información alimentaria al consumidor, produzida pela Federación Española de Industrias de Alimentación (Fiab) e outra cartilha, Legibility requirements for food labels, publicada pela Food Standards Australia New Zealand (FSANZ). São relatados avanços alcançados nas negociações em favor de especificação direta de certos elementos de legibilidade para a informação nutricional em rótulos de alimentos. O artigo aponta a necessidade de considerar sempre as habilidades dos segmentos de público em processos públicos para modificações em rótulos de alimentos e a conveniência de envolver também nesses processos profissionais e pesquisadores das áreas de design da informação, editoração e jornalismo.

plain language, food labels, information design, scientific literacy

The article presents a study of references to the legibility of the nutritional information of food labels in a sample of legal and business documents. Explores Brazilian legislation, US, EU, Australia and New Zealand, and its development in three specific publications on food labeling: an official guide in the US, called 'The Food Labeling Guide', published by the Food and Drug Administration (FDA), a business document called 'Diretrizes de legibilidad en la información alimentaria al consumidor', produced by the Federación Española de Alimentación Industries (FIAB) and another business document, 'Legibility requirements for food labels', published by Food Standards Australia New Zealand (FSANZ). They are reported progress made in the negotiations in favor of direct specification of certain elements of legibility for nutrition information on food labels. The article points out the need to always consider the skills of audience segments in public processes for changes in food labeling and the convenience of also involved in these processes and professional researchers from the fields of information design, publishing and journalism.

1 Introdução

Rótulos impressos em embalagens de alimentos são conhecidos, reconhecidos e usados por praticamente toda a sociedade e circulam mesmo em comunidades de baixo grau de letramento. Uma parte do conteúdo desses rótulos é a informação nutricional que, por sua importância para a saúde, deveria ser expressa com os melhores recursos do design da informação.

Para este estudo, foi coletada uma amostra de documentos legais e empresariais, brasileiros e estrangeiros, que se referem a elementos da legibilidade visual na informação nutricional dos rótulos de alimentos, como recomendações ou exigências.

O artigo descreve as circunstâncias de construção dos documentos e destaca que varia neles o grau de precisão nas recomendações e exigências para obtenção de legibilidade. Indica-se, em conclusão, a intenção dos autores de construir um quadro de elementos favoráveis à leitura rápida e compreensiva baseado em resultados de pesquisas realizadas com leitores.

2 Rótulos de alimentos como gênero textual

Uma das abordagens sobre os rótulos os coloca entre os denominados gêneros textuais, sobre os quais se debruçam estudos interdisciplinares que vão proporcionando elementos para a análise dos gêneros como rotinas sociais de nosso dia a dia e de aspectos do funcionamento da língua em conexão com as atividades culturais e sociais.

Diferentemente de “artigo científico” ou “romance”, por exemplo, os rótulos estão entre os gêneros que circulam entre toda a população, tais como carteira de identidade, título de eleitor, contas de luz e telefone, bulas de remédio, endereços, convites, atestados, formulários. Esses seriam gêneros minimalistas, “em sua maioria muito breves e em grande parte ritualizados, rígidos, pouco criativos e repetitivos em seus formatos...” (MARCUSCHI, 2011).

Os gêneros minimalistas seriam formas organizadoras da vida social e indicadores de relações de poder e fatores de hierarquização do poder. Em boa medida, seriam “gêneros poderosos como os documentos que são altamente usados e nunca produzidos por quem os usa” (idem). Na visão de Marcuschi, a população em geral, e em particular as comunidades de baixo nível de letramento, mais consomem do que produzem gêneros textuais e entre os mais consumidos por todos estão os gêneros minimalistas.

Como todo gênero textual, o rótulo contém texto para ser lido. O rótulo de alimentos usualmente contém texto composto de letras e sinais gráficos, impresso em suporte de papel, lâmina de plástico ou metal, materiais mais comuns das embalagens. Esse texto dos rótulos aparece disposto em várias conexões com outros elementos visuais, do próprio rótulo e da embalagem, a serem percebidos e interpretados por diferentes públicos.

As informações sobre os alimentos muitas vezes aparecem dispersas pela embalagem, como peças desconexas. No Brasil, a assim chamada informação nutricional aparece como tabela, separada da lista de ingredientes, por sua vez separada de outros elementos informativos, como o símbolo para transgênico, as alegações de *sem glúten*, *sem lactose*, *sem adição de açúcares*, *diet* ou *light*, entre muitos outros.

A visibilidade é o elemento mais óbvio da legibilidade. Abaixo de certo corpo (tamanho) das fontes (tipos de letras), mesmo uma pessoa com ótima visão não será capaz de ler. A maior parte das informações nutricionais nas embalagens de alimentos apresenta textos compostos em corpos não legíveis, motivando até supermercados a oferecer lentes de aumento para uso dos consumidores. Destaque-se ainda que certas combinações de baixo contraste entre as cores das letras e do fundo na prática podem também impedir a leitura. Essas duas condições, se impedem a leitura de pessoas com boa visão, mais impedirão aquelas com deficiências visuais.

Segundo estimativas do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 14 milhões de brasileiros têm alguma deficiência visual reversível em função de erros refrativos – miopia, astigmatismo, hipermetropia e presbiopia, por exemplo. Esses problemas, que podem ser corrigidos por óculos, seriam a principal causa de baixa visão e a segunda causa mais comum de cegueira em todo o mundo. Outras condições, como catarata e glaucoma, prevalentes entre as camadas mais idosas da população, também reduzem a capacidade de visão (CBO, 2015).

A iluminação do ambiente pode ser também um fator favorável ao conforto da leitura ou

uma situação dificultadora. Nas cidades maiores, grandes mercados contam com farta iluminação, o que nem sempre acontece nos pontos de venda menores. Este artigo considera apenas a legibilidade visual da informação nutricional nos rótulos de alimentos, mas seus autores reconhecem a enorme importância e urgência de estudar outros elementos do texto dos rótulos de alimentos que conviria transformar para favorecer a leitura proficiente, tendo por base o conhecimento do nível de habilidades do público relacionadas a alfabetismo, letramento, numeramento, letramento em saúde e letramento científico.

A leitura proficiente permite obter amplo acesso independente à informação, compreendidos aí os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania, que incluem fazer boas escolhas de alimentos que favoreçam a promoção da saúde e não agravem determinadas condições como obesidade, hipertensão e diabetes, bastante comuns no Brasil.

É preciso registrar que, em pesquisa recente intitulada “Indicador de letramento científico”, 48% dos entrevistados afirmaram “ter muita dificuldade” ou “não ser capaz de” interpretar dados científicos incluídos nos rótulos de produtos alimentares como tabela nutricional e composição, por exemplo. Entre os mais alfabetizados, esse percentual ainda é alto, pois cerca de 35% dos mais letrados “não seriam capazes” de interpretar os dados nutricionais (ABRAMUNDO, 2014).

No caso de rótulos de alimentos, a população em geral está exposta a eles, os reconhece e os “consome”, sendo raros os segmentos sociais que os “produzem”. Do lado da produção dos rótulos de alimentos estão os empresários que têm grande poder sobre a enunciação desses rótulos, apenas parcialmente orientada ou limitada por legislação ou por determinações de órgãos públicos responsáveis pelo bem social “saúde”. Na correlação de forças sociais e econômicas, há pressões para tornar os rótulos mais permeáveis à introdução de itens de interesse dos consumidores e a uma formulação comunicativa mais eficaz diante das possibilidades de leitura e compreensão dos diversos segmentos de públicos.

As pressões sobre os fabricantes de alimentos processados e ultraprocessados podem ter início em muitas ações:

- de profissionais das áreas da saúde e jurídica sensíveis aos apelos de segmentos da sociedade;
- de uma instituição de defesa do consumidor como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ao promover cursos e seminários como “Alimentação como um direito: o papel da regulação e o código de defesa do consumidor”;
- de uma campanha de mães de crianças alérgicas, como a campanha “Põe no rótulo” <poenorotulo.com.br>, formada por “famílias mobilizadas por informações claras nos rótulos dos alimentos”;
- de alertas como os do canal “Do Campo à Mesa” <canaldocampoamesa.com.br>, em que a jornalista e mestre em saúde pública Francine Lima analisa sistematicamente os rótulos de alimentos informando a veiculação, neles, de meias verdades e eventuais mentiras, especialmente quanto aos ingredientes.
- Francine Lima (2014), estudando a possibilidade da promoção de alimentação saudável por meio dos rótulos, faz uma revisão extensa de estudos que relacionam a rotulagem a diferentes públicos e que buscam saber como se dá o relacionamento de segmentos dos públicos com a rotulagem dos alimentos

A pesquisadora nota que “no mundo todo o interesse do consumidor pela informação nutricional nas embalagens, em sua capacidade de compreensão dessa informação e o uso que ele faz dela constituem uma problemática relevante para a saúde pública. Diversos estudos revelam resultados pouco animadores, sugerindo que a informação nutricional tal qual as legislações a preveem não é suficiente para orientar a escolha de alimentos mais saudáveis.

Alguns autores concluem que a solução está em educar os consumidores. Outros acreditam que é preciso modificar a rotulagem.” (LIMA, 2014). Em recente entrevista, Lima defende a modificação da rotulagem, com textos bem redigidos, com “infográficos que resumam as informações mais importantes, imagens que testemunhem os fatos, diagramação criativa que destaque o que deve ser destacado” (LIMA, 2014).

Embora a análise proposta neste artigo concentra-se sobre a legibilidade do recorte de informação nutricional dos rótulos, consideramos pertinente mencionar a dúvida sobre a eficiência do nutricionismo que embasa a produção dessa informação. Como aponta Francine Lima, o nutricionismo descreve os produtos alimentícios com base em seus nutrientes, ignorando a forma como os componentes desses produtos foram combinados. E alerta: “Se não foi a terra que fez a combinação, e sim uma indústria, não podemos assumir que o balanço de nutrientes diz tudo sobre ele, nem que essa combinação é segura ou suficientemente nutritiva” (LIMA, 2015).

Em sua pesquisa sobre bulas de medicamentos, Patricia Fujita (2009) aponta alguns elementos da apresentação visual comuns nesse gênero textual, que acreditamos ocorrerem também com os rótulos nutricionais. Segundo Fujita, tais elementos podem “impedir o acesso dos pacientes e/ou usuários, às informações, e consequentemente acarretar no uso equivocado do medicamento, colocando a saúde dos pacientes e/ou usuários em risco” (FUJITA, 2009).

Para a pesquisadora, o corpo tipográfico, o espaçamento entre linhas, o “uso excessivo de caixa alta e/ou negrito, tamanho das colunas e alinhamento justificado do texto”, “apresentação gráfica das informações (e.g. hierarquia tipográfica, separação das informações)” e transparência do papel são graves problemas de legibilidade para o público (idem).

Deficiências de legibilidade podem afetar na eficácia e/ou dificultar a leitura da bula pelos pacientes e/ou usuários. Nesse sentido, Fujita ainda aponta que é possível afirmar que os problemas relacionados à apresentação gráfica do conteúdo da bula podem impedir o acesso dos pacientes e/ou usuários, às informações, e consequentemente acarretar no uso equivocado do medicamento, colocando a saúde dos cidadãos em risco.

3 Documentos legais e empresariais sobre rótulos de alimentos e legibilidade visual

Embora a boa legibilidade visual seja importante para a leitura e a compreensão das informações nutricionais dos rótulos de alimentos, ela não é suficientemente exigida nem aplicada. O termo/expressão pouco ou quase nunca aparece na legislação sobre alimentos, embora o mais importante fórum sobre alimentação nos dê alguma pista. Trata-se do *Codex Alimentarius*, criado em 1963 para proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio internacional e regional de alimentos.

3.1 A legislação brasileira e o *Codex Alimentarius*

O *Codex Alimentarius* “é um fórum internacional de normatização do comércio de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por ato da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS)” (MAPA, 2014).

Nele, há um trecho sobre a legibilidade, intitulado “Principles and criteria for legibility of nutrition labelling”, e que aponta cinco itens relacionados ao tema, a saber:

- As informações nutricionais devem ser apresentadas em um formato numérico, e em forma de tabela. Onde não houver espaço suficiente para um formato tabular, tais informações podem ser apresentadas em um formato linear.
- Elas devem ser aparecer em ordem específica, desenvolvida pelas autoridades competentes e devem ser consistentes em todos os produtos alimentares.

- O tipo de fonte, estilo e tamanho mínimo, bem como o uso de maiúsculas e minúsculas devem ser considerados pelas autoridades competentes para garantir a legibilidade da rotulagem nutricional.
- Espera-se um contraste significativo entre o texto e o fundo, o que favorece a legibilidade das informações.
- A apresentação numérica das informações nutricionais deve estar em conformidade com as disposições da Seção 3.4. (FAO, 1985, tradução nossa).

Uma breve leitura mostra que tais itens não estão sendo conceituados tampouco detalhados. São, de fato, alguns princípios básicos de aplicação de formato, apresentação da tabela nutricional, fontes e contraste. No entanto, esses são conceitos já consolidados que, se acompanhados com uma série de exemplos, enriqueceriam bastante o *Codex*.

No caso do Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), um os órgãos responsáveis pela fiscalização da área de alimentos e bebidas, a questão da legibilidade também pouco aparece. Em sua Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que aprova o regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados, há a expressão “realce e visibilidade adequados”. Ela é usada para delinear vagamente tamanho de letras e fundos nas embalagens de produtos alimentícios. (ANVISA, 2002).

Dez anos mais tarde, em outra resolução, a RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre o regulamento técnico quanto à informação nutricional complementar, surge a palavra “legibilidade”. Nesta RDC, aparece 17 vezes a expressão “visibilidade e legibilidade da informação”, mas sem qualquer menção de conceitos precisos próprios das melhores práticas da editoração e do design da informação (ANVISA, 2012).

Voltando ao que o *Codex* enumera como princípios, diversas organizações internacionais ligadas à área da alimentação e da saúde foram contribuindo para tentar conceituar, ainda que de maneira bastante tímida, critérios de legibilidade das informações nutricionais dos rótulos. A seguir, serão apresentadas algumas dessas contribuições.

Um dos documentos mais importantes sobre legibilidade em rótulos de alimentos foi proposto em reunião do Codex Committee on Food Labelling (CCFL), grupo multidisciplinar e multinacional da European Commission que trata de segurança alimentar. A reunião, realizada em maio de 2011, gerou uma lista de recomendações quanto à legibilidade para as informações nutricionais dos rótulos de alimentos. Os principais pontos da lista são:

- A rotulagem nutricional deve ser aplicada de tal maneira que não se separe do recipiente.
- A rotulagem nutricional deve ser clara, proeminente, indelével, e claramente legível pelo consumidor em condições normais de compra e uso.
- Quando o recipiente está coberto por um invólucro, este deve proceder a rotulagem nutricional. Caso ela seja impressa no recipiente interno, deve ser legível através do invólucro exterior e/ou não ser coberta pela capa exterior.
- As informações nutricionais devem ser declaradas em um formato numérico e tabular. Poderá ser ponderado a outros elementos de formatação para melhorar a legibilidade. Onde não houver espaço suficiente para um formato tabular, podem ser apresentadas em um formato linear.
- Tais informações devem ser declaradas em uma ordem específica, desenvolvida pelas autoridades competentes e deve ser consistente em todos os produtos alimentares.
- Espera-se um tamanho mínimo de corpo de fonte. Um contraste significativo deve ser mantido entre o texto e o fundo, de modo que as informações sejam legíveis.

- A apresentação numérica das informações nutricionais deve estar em conformidade com as disposições da secção 3.4 das Orientações sobre rotulagem nutricional (CAC/GL 2, 1985).
- Para que a rotulagem nutricional de produtos de embalagens pequenas seja possível, é impossível apresentar um conjunto mínimo de nutrientes essenciais, de acordo com as legislações vigentes. (EC, 2011, tradução nossa).

3.2 Experiências na Europa

Outra iniciativa importante foi a do Parlamento Europeu que, em 25 de outubro de 2011, promulgou o Regulamento nº 1169, no qual há uma definição que nomeia vários elementos de legibilidade sem, contudo, especificar os que seriam recomendáveis:

“a aparência física da informação, pela qual a informação é visualmente acessível à população em geral, e que é determinada por vários elementos, nomeadamente, o tamanho dos caracteres, o espaço entre as letras, o espaço entre as linhas, a espessura da escrita, a cor dos caracteres, o tipo de escrita, a relação entre a largura e a altura das letras, a superfície do material e o contraste significativo entre os caracteres escritos e o fundo em que se inserem” (EC, 2011).

O mesmo documento aconselha um aprofundamento do tema, uma vez que:

“os rótulos dos géneros alimentícios deverão ser claros e compreensíveis, a fim de ajudar os consumidores que desejem fazer escolhas alimentares mais bem informadas. Os estudos mostram que uma boa legibilidade é um factor importante na optimização da influência que as informações no rótulo podem ter sobre o público e que a aposição de informações ilegíveis no produto é uma das principais causas de insatisfação dos consumidores com os rótulos dos géneros alimentícios. Por isso, deverá ser desenvolvida uma abordagem global a fim de ter em conta todos os aspectos relacionados com a legibilidade, incluindo o tipo de letra, a cor e o contraste.” (EC, 2011)

Foi a partir desta resolução do Parlamento Europeu que a Federación Española de Industrias de Alimentación (Fiab), associação que agrega as indústrias alimentícias daquele país ibérico, lançou em novembro de 2014 suas *Diretrizes de legibilidad en la información alimentaria al consumidor*.

Trata-se de uma cartilha “composta para elaborar orientações que ajudem a entender todos os aspectos relacionados à legibilidade”. No segundo capítulo, intitulado “Factores que influyen en la legibilidad y recomendaciones a los operadores”, a associação sugere que três características principais sejam consideradas:

- a disposição da informação;
- a fonte, a cor e o contraste e
- a embalagem e a impressão.

A Fiab conclui que não existe um *design* ideal para a disposição da informação, mas há diretrizes importantes a se considerar. São elas: títulos e cabeços, blocos de informação, alinhamento do texto e uso de símbolos (FIAB, 2014).

Os títulos são importantes, pois ajudam as pessoas a selecionar as informações, ou seja, um bom título, como sugerem Assumpção e Bocchini (2006), é uma apresentação do que vai ser lido. Além disso, separam os textos em blocos de informação. E os blocos, por sua vez, reúnem partes do texto que tratam do mesmo assunto. Quando os blocos são bem feitos, as pessoas conseguem identificá-los e compreendê-los com mais facilidade.

Em relação ao alinhamento, a cartilha recomenda que o texto sempre seja alinhado à esquerda. Já em relação aos símbolos, há ícones e logotipos para muitos temas da área alimentícia, por isso, sempre que possível, devem ser adotados e são sempre bem-vindos, pois categorizam as informações.

O que essa cartilha traz de novo – e de bastante positivo para os estudos de *design* – é a especificação de alguns critérios sobre corpo e altura da fonte e sua respectiva altura, o espaço entre os caracteres, o espaço entre as linhas, os tipos de fontes e os contrastes mais desejáveis para os rótulos de embalagens alimentícias:

- no caso da fonte Arial, por exemplo, a altura varia de 2,5 a 2,7 mm (bem maior do que costumamos observar nas embalagens brasileiras de produtos alimentícios). A Resolução nº 1169/2011 sugere que embalagens com área de impressão maiores de 80 cm² utilizem essas recomendações de altura de fonte. E para áreas menores, tal altura e corpo podem ser 10% menores, no máximo;
- o espaço entre letras deve ser de pelo menos um ponto entre seus caracteres;
- entrelinha maior que o corpo da fonte (por exemplo, para a fonte de corpo 6, recomenda-se entrelinha de, no mínimo, 7,2 pontos);
- quanto à escolha da fontes, recomenda-se o emprego daquelas sem serifa, com números que se distingam facilmente, já que eles podem ser pouco legíveis em muitas fontes (com é caso dos números 6, 8 e 9 da fonte Arial) e
- no que tange ao contraste, a cartilha recomenda cuidado redobrado com a associação cores da marca/produto e textos do rótulo. Tal combinação pode ser prejudicial à legibilidade. É essencial que o contraste entre o texto e o fundo seja tão grande quanto possível (FIAB, 2014).

A cartilha também aponta cuidados com a impressão e com o tipo de material utilizado. As principais recomendações são:

- dar preferência a superfícies foscas;
- evitar imprimir textos sobre zonas com deformações (como as regiões de dobra) ou superfícies tridimensionais;
- evitar imprimir textos sobre áreas que podem ficar expostas ao calor ou à luz;
- ter cuidado redobrado quando o material for reciclado, já que costuma ser mais escuro e pode apresentar problemas naturais de contraste (FIAB, 2014).

3.3 A legislação estadunidense

Outras duas iniciativas para melhorar a legibilidade das informações nutricionais foram propostas em 2013. A primeira foi a da Food Standards Australia New Zealand, com a cartilha *Legibility requirements for food labels*. De maneira bem mais sucinta que a da Fiab, esta aponta como principais critérios de uma boa legibilidade: redação sem rodeios, um design e impressão indelévels, além de um bom contraste entre a letra e o fundo da embalagem (FSANZ, 2013).

A segunda iniciativa surgida em 2013 foi *A food labeling guide*, guia editado pela agência estadunidense que cuida dessa área, a Food and Drugs Administration (FDA), importante contribuição para a especificação de critérios de legibilidade de informação nutricional dos rótulos.

O guia, publicado em seis idiomas – inglês, espanhol, árabe, hindi, chinês simplificado e japonês –, resultou dos desdobramentos do Nutrition Labeling and Education Act, promulgado em 1990, que obrigava as indústrias de alimentos a declarar de forma clara todos os ingredientes e aditivos contidos em seus produtos.

Esse guia é um dos poucos documentos que propõem uma determinada redação, com base em critérios de linguagem acessível, e uma determinada programação visual, a partir dos critérios de *design* da informação, para a tabela nutricional de todos os produtos alimentícios produzidos e/ou comercializados nos Estados Unidos.

Um dos pontos mais importantes em relação à legibilidade é a obrigatoriedade desses elementos serem sempre impressos em letras pretas sobre o fundo branco.

O guia fornece um modelo geral de *design* de tabela nutricional (“Nutrition Facts”) e outros modelos particulares (bilíngue, para produtos que contenham mais de uma matéria-prima principal etc.)

4 Conclusão

Neste artigo, a exploração de documentos legais e empresariais sobre rotulagem de alimentos identifica um movimento no sentido de especificar cada vez melhor, os elementos de legibilidade que seriam imprescindíveis para facilitar a leitura e a compreensão das informações nutricionais dos rótulos de alimentos.

Como vimos, são demorados os processos de negociação entre os governos, os vários setores da sociedade civil e os empresários da indústria alimentícia quando se trata de introduzir modificações nos rótulos dos alimentos. Os gêneros textuais ligados à esfera pública, como são os rótulos, geralmente apresentam-se como bastante estáveis, em sua organização e funções. No entanto, “quanto mais um gênero circula, mais ele é suscetível a mudanças e alterações por se achar estreitamente ligado a uma moldagem social” (MARCUSCHI, 2011).

Causa admiração a timidez das recomendações dos documentos descritos quando já existem pesquisas e experimentos que permitiriam o delineamento preciso de elementos de legibilidade favoráveis à leitura da maioria das pessoas. Indica-se, em conclusão, a intenção dos autores de construir um quadro de elementos favoráveis à leitura rápida e compreensiva baseado em resultados de pesquisas realizadas com leitores.

Grande parte desses elementos já havia sido indicada como favorável à leitura por Miles A. Tinker (1969), François Richaudeau (1969; 1989) e Collin Wheildon (1995), com base nos estudos que realizaram com grupos de leitores de diferentes níveis de proficiência nos EUA, na França e na Austrália.

A observação dos movimentos internacionais (nos Estados Unidos, na União Europeia, na Austrália e na Nova Zelândia) também sugere a aplicação de processos semelhantes no Brasil, envolvendo estudiosos de áreas afins (como saúde pública e nutrição) e de áreas correlatas (como design da informação, editoração e jornalismo).

Referências

- ABRAMUNDO/AÇÃO EDUCATIVA/INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *Indicador de letramento científico*. Relatório técnico da edição 2014. Disponível em:
<<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2014/08/imagens/Indice-Letramento-Cientifico.pdf>>.
Acesso em: 10 fev. 2015.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Anvisa). *Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002*. Disponível em:
<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Alimentos/Publicacao+Alimentos/Rotulagem+de+Alimentos+2>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Anvisa). *Resolução RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012*. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/anexo/anexo_rdc0054_12_11_2012.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BOCCHINI, Maria Otilia. *Legibilidade visual em cartilhas de política da Igreja Católica destinadas a trabalhadores*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, 1988.

BOCCHINI, Maria Otilia; ASSUMPÇÃO, Maria Elena Ortega Ortiz. *Para escrever bem*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Manole, 2006.

CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA (CBO). É importante avançarmos na saúde ocular no Brasil. Disponível em: <www.cbo.net.br/novo/publico-geral/milton-ruiz-alves-e-marcos-pereira--vila---importante-avancarmos-na-saude-ocular-no-brasil.php>. Acesso em: 15 fev. 2015.

EUROPEAN COMMISSION (EC). *Codex committee on food labelling*. Electronic working group on proposed draft recommended principles and criteria for legibility of nutrition labelling. Quebec: EC, 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/food/safety/international_affairs/standard_setting_bodies/codex/organisations/eupositions/ccfl/archives_en.htm>. Acesso em: 15 fev. 2015.

EUROPEAN COMMISSION (EC). *Jornal Oficial da União Europeia*. Regulamento nº 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho. Bruxelas: 2011. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32011R1169&from=PT>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE INDÚSTRIAS DE ALIMENTACIÓN (FIAB). *Diretrizes de legibilidade en la información alimentaria al consumidor*. Madri: FIAB, 2014. Disponível em: <www.fiab.es/archivos/documentoMenu/documentomenu_20141201140208.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Guidelines on nutrition labelling*. Roma: FAO, 1985. Disponível em: <www.fao.org/ag/humannutrition/33311-065a023f960ba72b7291fb0bc07f36a3a.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FOOD AND DRUG ADMINISTRATION (FDA). *A food labeling guide: guidance for industry*. College Park: FDA, 2013. Disponível em: <www.fda.gov/FoodLabelingGuide>. Acesso em: 23 fev. 2015.

FOOD DRINK EUROPE; EURO COMMERCE. *Guidance on the provision of food information to consumers*. Bruxelas: FDE/EC, 2013. Disponível em: <www.fooddrinkeurope.eu/S=0/publication/guidance-on-the-provision-of-food-information-to-consumers>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FOOD STANDARDS AUSTRALIA NEW ZEALAND. *Legibility requirements for food labels*. Canberra/Wellington: FSANZ, 2013. Disponível em: <www.foodstandards.gov.au/code/userguide/Documents/Guide%20to%201.2.9%20-%20Legibility%20Requirements.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.

FUJITA, Patricia Tiemi Lopes. *Análise da apresentação gráfica do conteúdo textual da bula de medicamento na perspectiva de leitura do paciente em contexto de uso*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2009.

LIMA, Francine. *Comunicação na promoção da alimentação saudável via rótulos: uma análise dos discursos*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In:

KARWOSKI, Acir Mario; Gaydeczka; Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 17-31.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Codex Alimentarius*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/internacional/negociacoes/multilaterais/codex-alimentarius>. Acesso em: 23 fev. 2015.

RICHAUDEAU, François. *La lisibilité*. Paris: CEPL/Denoël, 1969.

RICHAUDEAU, François. *Manuel de typographie et de mise en page*. Paris: Retz, 1989.

TINKER, Miles A. *Legibility of print*, 3. ed. Ames, Yowa: Yowa State University Press, 1969.

WHEILDON, Colin. *Type & Layout: how typography and design can get your message across – or get it in the way*. Berkeley: Strathmoor Press, 1995.

Sobre os autores

Livio Lima de Oliveira, PhD, ECA-USP, Brasil <livio@usp.br>

Maria Otilia Bocchini, PhD, ECA-USP, Brasil <bocchini@usp.br>